

DOI: <http://dx.doi.org/10.18817/ot.v15i26.654>

**RAIMUNDO JOSÉ DE SOUSA GAIOSO E OS 200 ANOS DA PUBLICAÇÃO DO
COMPÊNDIO HISTÓRICO-POLÍTICO DOS PRINCÍPIOS DA LAVOURA DO
MARANHÃO (1818): notas bibliográficas¹**

**RAIMUNDO JOSÉ DE SOUSA GAIOSO AND THE 200TH ANNIVERSARY OF THE
PUBLICATION OF “COMPÊNDIO HISTÓRICO-POLÍTICO DOS PRINCÍPIOS DA
LAVOURA DO MARANHÃO” (1818): bio-bibliographical notes**

**RAIMUNDO JOSÉ DE SOUSA GAIOSO Y LOS 200 AÑOS DE LA PUBLICACIÓN DEL
COMPÊNDIO HISTÓRICO-POLÍTICO DOS PRINCÍPIOS DA LAVOURA DO
MARANHÃO (1818): notas bibliográficas**

ROMÁRIO SAMPAIO BASÍLIO

Doutorando em Estudos sobre a Globalização

FCSH-Universidade Nova de Lisboa

rsb@campus.fesh.unl.pt

Resumo: Neste artigo apresento e analiso traços biobibliográficos acerca de Raimundo José de Sousa Gaioso, autor da obra *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*, publicada postumamente em 1818. Aos duzentos anos da publicação, apresento os principais aspectos da obra-mestra do português, vista como uma das mais importantes publicações sobre o Maranhão do primeiro quartel do século XIX. Questiono os principais vestígios da trajetória do *lavrador* assim como o ambiente biográfico em torno das principais ideias da memória. Discuto o constante discurso subserviente latente na obra e insiro o personagem no campo intelectual em que estava inserido, bem como sua condição de classe.

Palavras-chave: Maranhão. Burocratas. Memórias. Economia política.

Abstract: In this paper, bio-bibliographical elements about Raimundo José de Sousa Gaioso, the author of the book *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*, will be presented and analyzed. This work was published posthumously in 1818. Two hundred years after the publication of this book, It will be presented the main aspects of the masterpiece of this Portuguese author, one of the most important publications about the Province of Maranhão in the first quarter of the 19th century. It will be questioned the main vestiges of the *peasant's* path besides his biographical environment about the main memory ideas. It will be discussed the constant subservient position in the book and insert the character within Gaioso's intellectual field as well as his class condition.

Keywords: Maranhão. Bureaucrats. Memories. Political Economy.

Resumen: En este artículo presento y analizo rastros biobibliográficos sobre Raimundo José de Sousa Gaioso, autor del *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão* publicado póstumamente em 1818. Después de doscientos años de haber sido publicado, intento presentar los aspectos principales de la obra maestra del portugués, como una de las más importantes publicaciones sobre Maranhão del primer cuarto del siglo XIX. Cuestiono los principales vestigios de la trayectoria del *labrador* así como el ambiente biográfico en torno a las principales ideas de la memoria. Discuto el constante discurso subordinado y latente en la obra e inserto al personaje en el campo intelectual al que perteneció, así como su condición de clase.

Palabras clave: Maranhão. Burócratas. Memorias. Política económica.

¹ Artigo submetido à avaliação em junho de 2018 e aprovado para publicação em novembro de 2018

Introdução

Diz Francisco Adolfo de Varnhagen, na sua *História Geral do Brasil*, que a obra *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão...*, escrita por Raimundo José de Sousa Gaioso e publicada em 1818 em Paris, “(...) não sendo recomendável pela cópia de notícias na parte histórica”, deu importantes notícias acerca da agricultura e comércio no Maranhão². Os contemporâneos do paulista Varnhagen, antes e depois dele, sem exceção, ao escreverem sobre a História Econômica ou Política do Brasil, recorreram à leitura “não insuportável e fastidiosa” do *Compêndio*, como escreveu Antônio Henriques Leal, publicista de São Luís que comporá uma segunda edição cerca de trinta anos depois da primeira edição francesa³.

Desde João Francisco Lisboa, um dos principais letrados da Província do Maranhão, já no Império do Brasil, no seu *Jornal de Timon*, onde publicará os seus *Apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão* (1858), passando por Cândido Mendes, que nas suas *Memórias para a História do Extincto Estado do Maranhão*, afirma que, numa acidez não isolada, “porquanto seu trabalho é resumo do de Berredo”, serão citados excertos do *Compêndio*. Os que se debruçaram sobre a História Política e Econômica da Província e depois Estado do Maranhão, até à primeira metade do século XX, como Jerônimo de Viveiros e Mário Martins Meireles, tomam Gaioso como principal autor publicado no período, sendo que Viveiros, além de transcrever capítulos inteiros da memória de Gaioso, diz atestar “a exatidão dos dados fornecidos”, opinião não consensual, e que Carlos de Lima sublinha serem “não convincentes”⁴.

A publicação do já conhecido e citado *Annaes históricos do Estado do Maranhão*, de Bernardo Pereira de Berredo em Lisboa, na Oficina de Francisco Luís Ameno em 1749, com uma segunda edição em 1794, não demarca o início de sucessivas publicações com a

² VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda*: por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854. p. 349.

³ LEAL, Antônio Henriques. Introdução. In: *Obras de João Francisco Lisboa*. São Luís: Typ. B. de Mattos, 1865, Tomo II, p. 20-21. Esta reedição de Gaioso que é anunciada na introdução, contudo, não foi localizada. De qualquer modo parece ter sido um projeto de reimpressão dos “clássicos”, desde Berredo, Claude d’Abeville, Diogo de Campos Moreno e o próprio Gaioso, todos durante a década de 1850.

⁴ MEIRELES, Mário Martins. *Pequena história do Maranhão*. São Luís: Tipografia São José, 1960; Id. *História do Maranhão*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação D.A.S.P, 1960; Id. *Panorama da Literatura Maranhense*. São Luís: Imprensa Oficial, 1955; VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão (1612-1895)*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954; LIMA, Carlos de. *História do Maranhão*. Brasília: Senado Federal, 1981.

mesma natureza sobre o Maranhão, fato muitas vezes denunciado, ou melhor, objeto de reclamação de muitos contemporâneos que, ao escreverem, sentiam falta de mais literatura histórica e geográfica sobre a capitania. O próprio Gaioso reclama, no seu *Compêndio*, que “[l]he] faltam muitos materiais indispensáveis para dar a este meu edifício um estado de solidez que o fará resistir à voracidade dos tempos”⁵. Sólida ou não, a memória de Gaioso recupera muitos dos elementos já destacados por Berredo, assim como todos os que se seguiram⁶.

O pouco mais de meio século que separa as publicações de Berredo e de Gaioso não são, contudo, marcas de uma ausência de trabalhos de síntese histórico-geográfica. O caso das publicações capitaneadas pela Academia de Ciências de Lisboa, como a edição que publicou o antigo manuscrito de Diogo de Campos Moreno, as *Memórias para a história da capitania do Maranhão* em 1812, escrito ainda na primeira metade do Seiscentos, ou outros extratos mais amplos e generalistas, que incluíam todo o Grão-Pará e Rio Negro, podem ser encontrados nessas coleções sem, no entanto, possuírem as mesmas dimensões. O último quartel do Setecentos, no entanto, registrará a produção de escritos e discursos que dissertam sobre os elementos históricos, geográficos e sobre a Economia Política da Capitania. Esse movimento pode ser percebido por egressos da Universidade de Coimbra que serão nomeados para cargos no Maranhão e que terão escritos dessa natureza, ou por “maranhenses” que, a partir da década de 1770, passaram a compor, de forma crescente e depois quase vertical a partir das duas décadas seguintes, os bancos da Coimbra reformada. Embora alguns desses tenham sido impressos, a maioria permaneceu em manuscrito, sejam as memórias com o tradicional estilo da época, sejam as correspondências postas em circulação entre o Maranhão e o Reino.

⁵ Em prefácio do segundo volume das Obras de João Francisco Lisboa, publicadas em São Luís a partir de 1864, Antônio Henriques Leal, dito amigo do letrado maranhense faz, em demonstração de notável conhecimento bibliográfico, céleres e ácidas críticas às obras de Berredo e Gaioso. Sobre o primeiro diz não passar de “uma simples chronica de acontecimentos militares, religiosos e políticas” e sobre o segundo afirma “cerca de metade do seu volume é occupada com projetos que hoje não têm utilidade alguma”. Após comparar os dois, encerra ao dizer “Quanto ao seu mérito literário, será assaz dizer-se que se a leitura do Compêdio não é insuportável e fastidiosa como a dos Annaes Históricos, a obra não se recommenda, todavia por qualidade alguma digna de menção”. A acidez de suas críticas não poupa outras obras da época, como Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão de Antônio Bernardino Pereira do Lago, publicada em 1822. No volume I das Obras, Leal escreve longa louvação biográfica a João Francisco Lisboa, o que denuncia uma tentativa de qualificação e singularização dos escritos do letrado maranhense diante das obras que o antecederam nos escritos de História da província.

⁶ Varnhagen também reclama da ausência de trabalhos ao compor o seu *História Geral o Brazil* (1854-1857), e afirma, depois de criticar as inúmeras imprecisões de Berredo e o seu gosto de querer iludir os leitores com a sua escrita pomposa, que, “Entretanto, cumpre confessar que se não existira hoje a obra de Berredo, difficil tarefa fora a de organizar a história do Maranhão, principalmente desde 1644 a 1718”. VARNHAGEN, op. cit., p. 185.

Essa aparente hegemonia da única obra publicada por Gaioso, que incorporará o senso de trabalho que todos, em algum momento, têm de consultar, não é o principal problema a ser levantado neste artigo, nem mesmo a sua repercussão ao longo dos quase duzentos anos de publicação da obra. Os traços biográficos de Gaioso, cuja identificação é tarefa de difícil engenho, que já fora objeto de alguns trabalhos e umas “análises de ocasião” em recentes trabalhos acadêmicos, não levantaram nenhuma questão, seja à trajetória seja à obra de Gaioso, que já não tivesse sido exposta nas apreciações críticas ou elogiosas ao português. Portanto, o motivo do desinteresse dos espaços de operações historiográficas na obra de Gaioso, a mais importante publicação do gênero desde os *Annaes* de Berredo, é fato sem aparente condição. O resgate sistemático que pretendo realizar neste estudo insere-se numa busca pelos sentidos do sujeito e da sua obra. O *Compêndio*, como demonstrarei a seguir, foi objeto de leituras apressadas, sem problematizações que dessem conta dos usos dos saberes, do manuseio das fontes ou mesmo dos diálogos bibliográficos de uma época.

A presença do *Compêndio* de Gaioso como “ponto de partida” em quase todos os mais importantes trabalhos de produção histórica nos domínios do político, econômico, militar, após a sua publicação, é notável, sendo que as apreciações ao seu trabalho nem sempre foram laudatórias. A historiografia contemporânea lida com a obra de Gaioso de forma mais operacional, fazendo de seu texto, portanto, referência para legitimação de um conjunto de dados que já estariam postos ou para atestar a sua exatidão, como faz Viveiros. Simultaneamente, fazem dele um marco bibliográfico de uma série de domínios historiográficos que nas suas operações buscam, de forma automática, a origem de uma discussão. O enredo, quando não começa em Berredo, começa em Gaioso com a sua *Economia Política e Histórica*.

Neste artigo pretendo resgatar, portanto, alguns pontos da trajetória do sujeito e de sua obra, dos sentidos e usos da *Economia Política* por Gaioso e, do mesmo modo, de toda sua geração. Ao partir dos elementos biográficos e da análise da memória do produtor, pretendo apontar as principais razões por trás das ideias de Gaioso e sua condição de classe. Aos 200 anos da publicação do *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão...*, critico os usos da obra do português pela historiografia, que não se preocupa com a apreciação dos dados e das informações apresentadas, mas com a sua legitimação como um lugar comum, um ponto de origem.

Imagem 1: Capa da primeira edição do *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão* publicada em Paris.

10780129

COMPENDIO

HISTORICO-POLITICO

DOS PRINCIPIOS DA LAVOURA DO MARANHÃO,

Suas produçoens, e progressos, que tem tido até
ao presente, entraves que a vão deteriorando;

E MEIOS

Que tem lembrado para desvanece-los , em augmento da mesma
lavoura, e sem prejuizo do real patrimonio;

Consagrado á saudoza memoria

DO MUITO ALTO , E MUITO PODEROZO SENHOR
REY DE PORTUGAL, .

DOM JOSÉ PRIMEIRO ,

Verdadeiro creador da lavoura , e do commercio desta capitania,

POR RAYMUNDO JOZÉ DE SOUZA GAYOZO.

PARIZ,

Na Officina de P.-N. ROUGERON , Impressor , *rue de
l'Hirondelle, N.º 22.*

M. D. CCC. XVIII.

1 O degredo ao “Brasil melhor”

A pena de degredo a que fora sentenciado em 1785 em Lisboa, pelo período de cinco anos, enviou o português Raimundo José de Sousa Gaioso novamente à América, lugar de onde partira aos oito anos⁷. Nascido em Buenos Aires em 1747, filho do português João Henriques de Sousa (1720-1788), Gaioso, que acumulará diversas patentes militares sem remuneração já a viver no Maranhão, estará até ao final da vida na órbita da memória do pai, que não foi desimportante figura nos quadros administrativos portugueses. João Henriques, depois de ter casado no Vice-Reino do Rio da Prata e ter filhos, volta a Portugal onde será nomeado escrivão do Tesoureiro-mor em 1762, cargo que ocupará por quase vinte anos até ascender a Tesoureiro-mor do Erário Régio.

João Henriques foi Tesoureiro-mor até à sua acusação e queda, junto com o filho que havia sido nomeado seu ajudante em 1781. Os motivos da desgraça do tesoureiro não possuem muitos precedentes documentais, mas o seu afastamento deu-se, como o próprio Gaioso explica no seu testamento, por acusações de extravios consideráveis das somas que lhe eram depositadas⁸. Perdida a confiança que o cargo exigia, atribuída desde a época do seu protetor, Pombal, continuou no cargo até ao reinado de D. Maria I, até 1787, altura em que foi afastado, morrendo um ano depois⁹. O prestígio que a família tinha diante da Rainha teria minimizado a consequência da descoberta das fraudes, tendo sido o filho levado a maior punição: o degredo¹⁰. No entanto, o português degredado, que se diz ter sido educado em

⁷ Inicialmente, o degredo de Gaioso seria para a Angola, como demonstra a petição com a relação dos degredados do ano de 1786. Curiosamente, o Maranhão, em finais do século XVIII, não parecia ser destino comum de punidos, como o havia sido no século XVII. Parecia existir uma hierarquia geográfica de acordo com os crimes; em relação aos militares degredados, o destino comum parece ser a Índia, como forma de incremento dos corpos militares naquela região. Alguns documentos com relações dos degredados transparecem certo arbítrio dos condenados para qual lugar preferiam ir, como um tal de Joze Feliciano que é acusado de deserção e que “prefere ir para a Índia”. AHU_AVULSOS, D. 548; D.551.

⁸ No seu testamento, escrito um ano antes de sua morte, Gaioso tece uma narrativa acerca dos elementos que levam à sua punição numa tentativa, já no final da vida, de justificar-se diante dos seus filhos e atestar a sua inocência diante das acusações de desvios do Erário Régio. Ao envolver um primo seu, Ignácio José de Sousa, e denunciar o seu total desconhecimento dos desvios, assim como de seu pai, que teria ficado “tão furioso” ao descobrir os desvios, narra detalhadamente os movimentos que os levou ao julgamento e de os “constituir réo na frente da Soberana”. ARQUIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - ATJMA. *Testamento Raimundo José de Sousa Gaioso*. Livro 1812-1813, Ribeira do Itapecurú, 24 maio 1813, fl.53-62.

⁹ Innocêncio, no seu Dicionário, salienta que fora afastado e sucumbiu pouco tempo depois por consequência de sua desgraça. Edyene Moraes de Santos Lima chega a dizer que ele teria sido enviado ao Maranhão como seu filho, o que não possui nenhum indício; a confusão pode ter sido feita pela existência de registos de um João Henriques de Sousa Gaioso, filho de Raimundo José, que deu esse nome a um dos filhos justamente em homenagem ao seu pai, João Henriques. LIMA, Edyene Moraes dos Santos. Raimundo José de Sousa Gaioso: do prestígio ao degredo. In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri. *Ensaio de biografia e história*. São Luís: Café&Lápis, 2011. p. 352.

¹⁰ Essa ideia levantada por Innocêncio, e que será repetida por todos os que escreveram sobre João Henriques, ou pelo seu filho, possui muita semelhança com o conteúdo do testamento que Gaioso escreve em 1812, um ano

França e Inglaterra, parece ter tornado a sua “punição”, nas terras da Capitania do Maranhão, num trampolim para o enriquecimento pessoal, a ascensão hierárquica e o reconhecimento intelectual¹¹. A confluência de tantos capitais na órbita da biografia social de Gaioso torná-lo-á, ao mesmo tempo, *persona non grata* pelo seu suposto envolvimento nos desvios e personagem sempre citada pela sua memória, publicada postumamente por decisão da sua viúva¹².

A sua chegada ao Maranhão, provavelmente em 1786-7, não é definida por muitas movimentações e registos, marco de um período de cumprimento dos cinco anos de degredo, que se encerrou em 1791. Pouco tempo depois pede uma carta de confirmação de sesmaria, no Rio Itapecurú reduto central dos grandes produtores de algodão e arroz, onde se instalará¹³. Jerônimo de Viveiros¹⁴, em decorrência da intensa atividade comercial provinda da produção de algodão dessa região, mostrou como os principais fazendeiros do Itapecurú dominaram as negociações na Praça de São Luís, até então com uma grande participação dos ingleses, e

antes de sua morte, o que levanta a suspeita de que o anônimo que enviou para o autor do *Dicionário bibliográfico* informações sobre o português pode ter usado ou ter lido trechos ou relatos inspirados no conteúdo da “defesa final” do já falecido Gaioso ou mesmo de um outro manuscrito que ele escreve no final da vida como forma de defesa e reabilitação da memória da família. SILVA, Innocência Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858. Tomo III, p. 384-385; Tomo VII, p. 53-55; SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1883. Tomo VII, p. 115-116.

¹¹ As informações sobre os locais de estudo de Gaioso são oriundas de um conjunto de informações que Innocência, na composição do seu *Dicionário...*, diz ter recebido de um anônimo; não se mostra onde, na França e na Inglaterra, Gaioso estudou nem o que estudou. Não existem referências, nos arquivos na Universidade de Coimbra, de Gaioso ter passado por lá, nem mesmo os seus filhos, que parecem, pelo menos um deles, ter feito os estudos em Lisboa. Esse dado quebra a lógica de encadeamento que ligava toda a produção intelectual, particularmente das memórias de Economia Política do Reino, de algum modo vinculada à Coimbra reformada. No entanto, já no Maranhão, Gaioso não ocupará nenhum cargo na administração colonial, senão receberá patentes militares várias, como comento a seguir, o que demonstra que os intelectuais que não se inseriam nas malhas da burocracia buscavam outras formas de inserção nos aparelhos, mesmo que em patentes menores sem remuneração. O Estado ainda é espaço-forma que molda os espíritos e de que todos querem fazer parte, e os produtores serão, com os burocratas de carreira, agentes desse espaço.

¹² O pai de Gaioso foi também o primeiro lente das aulas de comércio em Lisboa, o que pode ter determinado o interesse pela Economia Política, particularmente pelo Comércio, do filho; tais aulas foram um projeto pensado e capitaneado pessoalmente por Pombal. As aulas, iniciadas em 1759, já estavam previstas nos Estatutos da Junta do Comércio, de 30 de setembro de 1755, foram anotadas por aluno do lente, o que deu origem ao manuscrito *Arte da escritura dobrada*, para servir de manual para os alunos e que é considerado revolucionário pela introdução, em Portugal, de um novo método de registo do Erário Régio. Publicou o *Discurso político sobre o juro do dinheiro* que, segundo Innocência, teria causado uma acalorada discussão na época sobre a legitimidade, inclusive teológica, dos juros sobre o dinheiro. SOUSA, João Henriques. *Discurso político sobre o juro do dinheiro*. Lisboa: Regia Officina Typográfica, 1786; *Arte da escritura dobrada, que dictou na Aula do Commercio João Henriques de Souza*; e copeada para instrução de Joze Feliz Venancio Couto no anno de 1765, 452 p.; SILVA, op. cit., loc. cit.; CARDOSO, José Luis. Uma notícia esquecida: o ensino de economia nas Aulas do Comércio. *Estudos de Economia*, v. 5, n. 1, out./dez., p.87-101, 1984.

¹³ AHU_MA, D.6942; D.6954.

¹⁴ VIVEIROS, op. cit.

Gaioso, junto de Lourenço de Castro Belfort, José Antônio Gomes de Sousa e Luís Antônio Vieira da Silva, será um dos principais *lavradores*¹⁵.

Portanto, após o degredo, Gaioso parece ter recebido uma redenção do Reino, e a sua sesmaria foi um pré-requisito para o enriquecimento. Pouco tempo depois, em 1795, pede autorização para casar, já que era proibido desposar alguém ao possuir bens da Coroa. A licença chega e casa com Anna Rita de Sousa, que, como não poderia escapar à norma, era filha de um importante proprietário e militar, José Antônio Gomes de Sousa¹⁶. Do Governador D. Rodrigo de Sousa, Gaioso conseguirá, via seu sogro, a nomeação para o posto de *Capitão da quinta Companhia e segunda de Granadeiros do terço de infantaria auxiliar de Itapecurú*, de quem José Gomes de Sousa era mestre de campo¹⁷. A partir dessa primeira patente militar pedirá várias outras promoções, provisões e agregações, até alcançar o seu posto máximo, *Tenente Coronel*, confirmado por decreto e publicado na *Gazeta de Lisboa* em 1806, sendo que em nenhum deles receberia soldo ou emolumentos¹⁸.

Esses movimentos de petições, pedidos de promoção, e outros poucos registos da presença de Gaioso no Maranhão não são fatos fora do comum; tratando-se de um fazendeiro que não ocupou cargos em São Luís, e tendo rapidamente se mudado para o Itapecurú, é natural que os registos documentais sejam esparsos e sem grande curiosidade. A “discrição” de que Gaioso teria lançado mão, fato destacado por algumas notas biográficas sobre ele, pode não ser nada mais que um circunstancialismo do modo de vida que passara a ter, de dono de terras e de escravos, atuando diretamente com a Praça de Comércio e com os mercadores ingleses¹⁹. Desse conjunto de movimentos sem expressividade para o objetivo que aqui delinheio de busca pelos caminhos das ideias, ou dos usos sociais e apropriações bibliográficas de Gaioso, sobressaem alguns escritos. À sua autoria são atribuídas as memórias *Apontamentos do que tem lembrado para aumentar a riqueza do Estado...*²⁰; *Descrição do método que atualmente se pratica nesta Capitania para a cultura e manipulação dos gêneros...*²¹; *Manifesto histórico-analítico, ou compilação dos documentos*

¹⁵ VIVEIROS, op. cit, Tomo I, p. 173. O termo “lavrador” era tradicionalmente associado a proprietários, fazendeiros e produtores.

¹⁶ AHU_MA, D.8734; D.6015.

¹⁷ AHU_MA, D. 7465.

¹⁸ AHU_MA, D.8314; D.10643; D.11303;

¹⁹ Gaioso só pedirá terreno para contruir uma casa em São Luís em 1805. AHU_MA, D.10405.

²⁰ ..., e reflexões políticas sobre o modo de atalhar algumas desordens da fazenda real, promover a indústria e o comércio, as artes, as manufaturas, por meio do restabelecimento do crédito público, oferecidas ao serenissimo senhor D. José, príncipe do Brasil, no anno de 1790. Citado por Innocêncio no seu *Dicionário*, diz ele ser inédito. SILVA, op. cit., loc. cit.

²¹ ..., que se exportão para o reino, assim como das máquinas que servem para limpar e descaroçar o algodão. São Luís, 1798. Esse manuscrito é citado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, que atesta a autoria a Gaioso.

*verídicos que comprovam que Raimundo José de Sousa Gaioso...*²². O seu mais importante trabalho, provavelmente escrito após 1810, mas que será publicado apenas em 1818, é indiscutivelmente o *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão...*, obra que analiso a seguir²³.

2 O *Compêndio*: Gaioso por uma Economia Política Histórica

Já disse que as minhas forças eram pequenas para uma carga tão pesada, e que envolvido no inverno dos meus anos, coberto de cansaço e gozando uma saúde de pouca duração, podia já contemplarme como membro inútil da República. Porém, ou seja efeito da vaidade que acomete mais aos velhos do que aos moços, ou seja o amor que tenho a uma cidade, que um fatal destino me deu por pátria, e onde achei minha subsistência, sinto as minhas forças reanimarem-se e, insensivelmente, peguei na pena²⁴.

A publicação do *Compêndio* de Gaioso em Paris em 1818 e a sua difusão pelo universo luso-brasileiro é de difícil percepção e as condições anteriores só podem ser percebidas em limitadas sugestões, como no excerto acima. Somente décadas depois da primeira edição é que se passa a perceber citações e apreciações à obra do português. Gaioso, que não verá essa movimentação, dada a sua morte em 1813, antecipa-se, no discurso preliminar da sua memória, às futuras críticas de ter apenas compilado informações de Berredo na primeira parte do seu discurso, em que diz que irá trabalhar com a história do Maranhão desde o seu descobrimento e algumas notícias das suas vilas e populações. O uso de Berredo, anunciado na sua introdução, como máxima referência e principal objeto de críticas posteriores, é colocado antes sob defesa. Sobre este aspecto avisa, de antemão, que “os autores de que extraí os fundamentos destas memórias chamar-me-ão um plagiário. Não

Nesta memória, Gaioso enumera as etapas do cultivo do algodão, cana, arroz, mandioca, gergelim, jerimum, milho, feijão, batata e do cará, tendo em vista a preocupação com o calendário do cultivo e as suas melhores épocas de plantação. No *Compêndio*, Gaioso afirma ser autor de outra memória, *Notícias histórico-políticas sobre o Maranhão*, e das suas produções, sem data e sem menção do destinatário. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *A ideologia da decadência: leitura antropológica de uma história da agricultura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008. p.48. Além do *Compêndio* não localizei nenhum dos outros escritos.

²² ..., *ajudante que foi do Thesoureiro –mor seu pae, João Henriques de Sousa, foi setenciado na causa dos extravios do Erario em 1786, arbitraria, lisonjeira e injustissimamente, com nulidade de sua natureza, visto a sentença ser dada contra direitos expressos, e fundada em falsas definições e errados principios de direito, e contra a verdade sabida dos autos, apesar de algumas omissões, e de alguns factos aparentemente peccaminosos, dos quaes não lhe redundou nunca interesse, e só sim se encaminhavam em benefício da fazenda real.*

²³ ... *suas produçoens, e progressos, que tem tido até ao prezente, entraves que a vão deteriorando; e meios que tem lembrado para desvanece-los, em augmento da mesma lavoura, e sem prejuizo do real patrimonio.* Pariz: P.N. Rougeron, Impressor, 1818. Neste texto as citações seguem a paginação da primeira edição, que teve edição facsimilar publicada nos anos 1970 em São Luís.

²⁴ GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Pariz : P.N. Rougeron, Impressor, 1818. p. 227.

importa, se o sou é com boas intenções”. E ainda nesse sentido, noutros momentos do texto sobre o estilo, deixa claro que sua “linguagem será expressiva, mas nunca lisonjeira, nem criminosa”. Esse aspecto denuncia, como destacarei mais à frente, a preocupação de Gaioso com a configuração de uma esfera pública de leitores naquele momento.

O texto, dedicado a D. José I (1714-1777), possui também, nos seus discursos preliminares, uma tentativa de reabilitação da memória do Rei e de certa proeminência do espírito reformista e iluminado de Pombal²⁵. Essa lógica, interpretada, segundo ele, pelo caráter recluso e reservado do Monarca, teria dado ao ministro todos os créditos, mas, no fundo, o ministro não tomava nenhuma decisão sem o aval do mandatário. A interpretação de Gaioso, retomada recentemente por trabalhos de historiografia portuguesa sobre o período, resulta na louvação de todas as ações do Rei, tomando a Universidade de Coimbra, donde via “raiar o astro luminoso”, como o grande lugar de renovação, assim como se depara com problemas em torno de uma falhada tentativa de ignorar a figura do ministro de D. José I²⁶. Esse aspecto torna-se perceptível na evocação do “espírito iluminado” ou “iluminado discernimento” do período que será direcionado ao próprio ministro ao mesmo tempo que o Rei não mais aparece na centralidade do discurso. A mão restauradora do Conde de Oeiras, caracterizada pelo seu patriotismo pela instituição das Companhias monopolistas, que defende Gaioso, será retomada por toda uma geração saudosa em memórias que, representando as classes produtoras do Maranhão e demais capitanias, idealizaram uma cronologia de uma anterior “opulência”, da criação à extinção das Companhias, até ao início e culminar da “decadência”.

De início, logo demonstrando a tônica do texto, e deixando-a clara, o principal aspecto a ser defendido, como destaquei acima, coloca o comércio como centro de todo o necessário projeto do Estado e a D. José I devota o renascer do Maranhão, que, pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, se viu, segundo ele, em crescente progresso. Esse ponto não era estranho para agentes que, envolvidos com o comércio de gêneros produzidos pela terra, tivessem maior afeição aos monopólios e contratos, tendo em vista o grupo em que estavam inseridos. Esse discurso de “classe”, de interesse e defesa de pontos comuns entre os produtores e comerciantes, de grosso e pequeno trato, remete para a conexão evidente de interesses de um grupo socialmente constituído durante o período pombalino, que lhe conferia unidade em determinados momentos, como defende, no caso dos comerciantes da Praça de Lisboa, Jorge Pedreira; segundo o autor, [esse grupo] era dotado “de

²⁵ GAIOSO, op.cit., p. 35 et. seq.

²⁶ GAIOSO, op.cit., p. XIV.

uma identidade cultural e capaz de organizar a ação política, para fazer valer seus interesses econômicos”²⁷. No entanto, essa conexão não era total. Na verdade, essa conexão dos fazendeiros das Ribeiras do Itapecurú, Mearim, Munim e Grajaú para com os seus correspondentes na Praça de São Luís, e deles para com os compradores, não era harmônica e, como denuncia Gaioso, em alguns momentos, verificava-se a mancomunação de muitos contra os “patriotas”.

A primeira parte da memória, constituída de uma síntese histórica da expansão portuguesa até aos conflitos com os franceses e holandeses pela ocupação do Maranhão, faz-se no sentido das críticas a ela direcionadas: uma recensão do *Annaes* de Berredo. Tanto pelas inúmeras citações quanto pelas informações resgatadas e pelo estilo, tal pode ser verificado através de uma comparação direta das menções entre os dois textos, que possuem quase setenta anos de distância das primeiras edições. A dimensão que essa primeira parte ocupa na obra é inusual, pois cerca de um terço da publicação é ocupada com os resgates de obras de notícias históricas, populares entre o meio intelectual, como as obras de João de Barros (1496-1570), *Décadas da Ásia* (1552); Abade Raynal (1713-1796), *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les Deux Indes* (1780), e o conhecido *The history of America* (1792) do escocês William Robertson, de onde Gaioso retira diversas referências sobre as raças e as gentes da América²⁸. No entanto, os usos dessa parte no decorrer da memória parecem limitar-se a uma noção de uma filosofia histórica iluminista de antecedentes e de construção evolutiva dos argumentos, presente de forma clara nas obras históricas de *Montesquieu*, citadas por Gaioso, e que buscavam não uma conexão objetiva, mas um aparato de legitimação, fato controverso dado o sentido quase independente desses levantamentos em obras do período.

Das descrições que faz da capitania, suas dimensões e limites, reproduzindo os dados de Berredo, destaco os comentários do tipo humano, dos modos de sociabilidade e das

²⁷ PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Votismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. 1995. Dissertação (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1995, p.469. No caso dos comerciantes da Praça de São Luís, a maioria com estabelecimentos produtivos na Ribeira do Itapecurú e demais bacias dos rios da região, as conexões estabeleceram-se de forma mais evidente pelas uniões familiares. Além disso, os claros movimentos de acumulação de terras, arrematação de contratos e envolvimento na política da Capitania revelam aspectos nítidos das ações coletivas desses grupos no sentido de defesa de espaço econômico, político e, em alguns casos, intelectuais. Sobre isso ver Marise Helena de Campos (2008) e Antônia da Silva Mota (2007; 2012).

²⁸ Ao longo da primeira parte cita John Christopher Wagenseil e a sua *História Universal; Dicionário de Comércio*, de Savary; de Antônio Galvão o *Tratado dos descobrimentos antigos, e modernos, feitos até à era de 1550.: com os nomes particulares das pessoas que os fizeram: e em que tempos, e as suas alturas, e dos desvairados caminhos por onde a pimenta, e especiaria veyo do India às nossas partes (1731)*, entre outras obras generalistas não identificadas.

classes sociais e suas características, essas já demonstrando independência e originalidade interpretativa²⁹. Para ele, existiam cinco classes no Maranhão e todas elas tinham, pela posição e gênio, o seu grau de contribuição para a “riqueza do Estado”. A dimensão que essa interpretação sugere, de um rompimento com tradicionais concepções de classes sociais, ou de comuns interpretações tripartidas dos conjuntos humanos (nobreza, clero e povo), é de curiosa posição no texto. A primeira das classes era a dos europeus, ou “filhos do Reino”, que ocupavam todos os cargos burocráticos e que são, nos problemas com as outras classes, a “origem do mal”³⁰. De gênio soberbo, os reinóis não eram totalmente o avesso da segunda classe, os “filhos da terra” ou nacionais, de gênio doce e amável que não se envolviam diretamente nas intrigas³¹. Esses dois grupos compunham o capital produtivo, *lavradores* e comerciantes, além dos inseridos no aparelho administrativo.

A terceira classe, os mestiços ou “misturados”, é o resultado das uniões informais ou mesmo ocasionais que, segundo Gaioso, resultam nos mulatos ou mestiços. Ao reproduzir a famosa “taboada das misturas” (imagem 2), que teria retirado de uma obra intitulada *Guia do commercio da America*, sem autoria declarada, Gaioso atribui o seu gênio à robustez para o trabalho de que se ocupam em artes que, as duas primeiras classes, por preguiça ou vaidade, desprezam.

²⁹ É destacável, nas descrições dos gêneros e produtos da Capitania que poderiam servir para produção e exportação, a preocupação de Gaioso em definir e descrever o “calendário” dos produtos, as condições e pré-requisitos dos terrenos e algumas considerações do modo de se produzir algum derivado; esse detalhe, presente em inúmeras memórias que lançam mão do mesmo levantamento descritivo, deixa clara, no discurso, uma empiria que falta noutros momentos. De todo o modo, essa geografia da produção, dos ciclos das cheias dos rios, dos movimentos dos transportes fluviais, os tipos de madeiras e de canoas para o envio de arroz e algodão, são destacadas por Gaioso, mesmo que de modo não central.

³⁰ As diretas menções às duas primeiras classes que habitavam essa região não eram das mais louváveis e a crítica aos modos são comuns nos escritos do período. Em 1813 o juiz de fora e ouvidor Bernardo José da Gama, que é citado no *Compêndio*, ao deixar o Maranhão em 1813, escreveu sobre as duas primeiras classes de Gaioso: “Eis aqui o carácter dos indivíduos dela: ativos e ao mesmo tempo sombrios e desconfiados, arrogantes e ao mesmo tempo tímidos e baixos, adutores ao mesmo tempo traidores: só temem e nada respeitam”. GAMA, Bernardo José da. *Informação sobre a capitania do Maranhão no ano de 1813*. Viena: Imprensa do filho de Carlos Gerald, 1872. Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras, p.22.

³¹ Esses imbróglis entre “portugueses” e “brasileiros”, que ficarão mais evidentes no período após o Movimento do Porto (1820), estavam latentes muito mais na dimensão comercial, inicialmente, que no conduzir político dos fatos. Isso se evidenciava pela dependência de muitos produtores, fossem naturais do reino ou nacionais, do crédito dos portugueses e ingleses da Praça de São Luís e de Lisboa.

Imagem 2: “Taboada das misturas”

TABOADA DAS MISTURAS.	
<i>Para ficar branco.</i>	
1 branco com huma negra produz mulato . . .	} Metade branco, metade preto.
1 branco com huma mulata produz quartão.	} Tres quartos branco, e hum quarto negro.
1 branco com huma quartão produz outão. }	Sete outavos branco, e hum oitavo negro.
1 branco com huma outona produz branco. }	Inteiramente branco.
TABOADA DAS MISTURAS.	
<i>Para ficar negro.</i>	
1 negro com huma branca produz mulato. }	Metade negro, e metade branco.
1 negro com huma mulata produz quartão. }	Tres quartos negro, e 1 quarto branco.
1 negro com huma quartão produz outão. }	7 outavos negros, e 1 outavo branco.
1 negro com huma outona produz negro. }	Inteiramente negro.

Fonte: GAIOSO, op. cit, edição das páginas 119-120.

A tabela reproduzida por Gaioso, única do gênero nas publicações do período, e que Gilberto Freyre enfatiza ter sido a primeira sistematização da miscigenação no Brasil Patricarcal, possui notório simbolismo acerca da ideologia do branqueamento ou mesmo das noções de raças e tipos diferentes de humanos, preconizados no seu tempo, de forma sistemática, mas não inovadora, por Azeredo Coutinho na *Dissertação sobre a Variedade das Côres da espécie humana*, encaminhada para as coleções da Academia de Ciências de Lisboa em 1799, não publicada³².

Essas categorias possuem diretas influências de Linneu e da sua *Systema naturae* (1735), que nas suas sucessivas edições desenvolveu a noção de espécie e de divisão quádrupla do Homem: o europeu, o asiático, o africano e o americano, com seus respectivos temperamentos e um determinismo geográfico que resistiu até Ratzel (1898) e Orlando Ribeiro (1978); no campo filosófico não se devem totalmente a Montesquieu (1748) e a Buffon (1749-88) as elaborações da influência do clima no temperamento dos diferentes tipos humanos, dada a ancestralidade da discussão, mas a sua influência e dimensão devem ser consideradas tendo em vista esse ideário de grupos e “espécies”, quando as condições fenotípicas estavam também associadas à condição social enquanto classe.

As demais classes, a quarta e a quinta, são, para Gaioso, os negros e os índios pela ordem que ele apresenta. Os primeiros, essa “desgraçada parte da espécie”, seja na lavoura, seja no serviço doméstico ou no “ganho”, são apontados por ele como uma opção cômoda para os seus donos. No entanto, noutros momentos, condena os maus-tratos aos escravizados, práticas que seriam, numa lógica comum, prejuízo aos capitais dos *lavradores*, assim como às suas lavouras e consciências. As causas da mortandade dos escravos, para além dos maus tratos, são apontadas como a má alimentação que, para ele, era oriunda da pouca atenção dos senhores, o que seria um erro, pois devia garantir-se-lhes as forças. Os índios são para Gaioso, e toda a sua geração, naturalmente “indolentes” e as desavenças dão-se entre os que não vivem nas cidades. Os problemas, então resolvidos pelo Procurador-Geral dos índios, são sempre com vista a protegê-los da escravatura, como anteriormente haviam sido tratadas essas “desgraçadas nações”³³.

³² FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1985, p. 632-643; a memória de Azeredo está transcrita e analisada em PIMENTEL, Maria do Rosário. O enigma da cor: dissertação sobre a variedade das côres da espécie humana. *Ellipsis*, n. 8, 2010, p. 49-74.

³³ GAIOSO, op. cit., p. 120-121; 201.

Sobre os costumes das três últimas classes, os misturados, negros e índios, Gaioso condena a sua constante incontinência, de viverem amancebados, descalços, com poucas roupas e com vergonhas ao ar. O que mais espanta o português, que se diz, noutras palavras, já ter para si essas coisas em estado familiar, é a predileção de muitos brancos europeus ou da terra em viverem de iguais costumes, abandonando as suas mulheres e desposando negras e índias; ele refere não saber explicar “um gosto tão *estragante*”. Aos brancos da terra Gaioso desculpa, pois, pelo costume de serem aleitados pelas escravas desde crianças, preservam as “inclinações” quando adultos. Já relativamente aos do Reino, afirma não achar “razão alguma” que lhes dê álibi para aquelas práticas³⁴.

O enquadramento conceitual do modo de organização social no Maranhão proposto por Gaioso não obedece à simples formação de grupos majoritários, ou vinculados à tradição institucional. “Clero, nobreza e povo” não poderiam ser compatíveis com a existência de outras instituições que, por sua vez, estavam imersas em universos antagônicos, mas, na prática, harmônicos: escravidão e catolicismo; luzes e sombras do Iluminismo europeu; monocultura, privilégios com a liberdade de comércio, entre outros. A noção da existência de duas classes que, das Ciências Sociais à História ou mesmo da impossibilidade de existência de uma “classe média”, intermediária, deve ser problematizada tanto pela simplificação dicotômica que sugere – senhores e latifundiários de um lado e demais despossuídos – tanto pela variação das formas de organização social como pela divisão do trabalho entre os espaços. A presença capital de um cenário de produto único, o algodão, a escravidão e a imigração não podem ser desconsideradas no momento de se perscrutar a formação social e classista no Brasil. A ausência de uma “revolução burguesa” de tipo europeia e a consolidação de modo de produção capitalista compatível com a teoria liberal teriam atrasado a delimitação de formas de diferenciação social e de classes mais nítidas no posterior processo de independência política e institucional? Se por um lado não se pode afirmar a incompatibilidade das ideias e das suas aplicações a determinado cenário, como é que essas adaptações correntes, e “necessárias” aos olhos dos contemporâneos como Gaioso, moldaram efetivamente “novos” grupos à revelia da natureza dos modos e espaços de produção? Parece que a proposta de classes de Gaioso supera essas noções pela confluência da noção de raça ou de tipos humanos, algo não inédito, mas inovador no caso colonial maranhense.

A racionalização das instituições do Estado na metrópole e a montagem de uma elite uniformizada, pelo menos no que se refere à maneira de pensar vinculada aos interesses

³⁴ Ibid., p. 122-123.

da Coroa, estavam imersas na presença do tráfico negreiro e da inserção dos indivíduos escravizados na sociedade colonial. Por sua vez, o consulado pombalino institui, para além do monopolismo e dos incentivos na exploração, novos caracteres na compreensão dos grupos sociais em torno do poder, ou mesmo dos marginalizados, sem grandes ecos que pudessem querer homogeneizar, da Cisplatina ao Grão-Pará, formas de organização real e simbólica dos espaços e dos atores sociais³⁵. Nesse sentido, a aparente balbúrdia de uma junção possivelmente contraditória mostra-se conflituosa não pela natureza mesma da sua constituição, mas pelas tensões políticas que elas sugerem ao largo da montagem, por exemplo, do Estado Imperial, ou mesmo antes, na transição ao período mariano-joanino, a que Gaioso assiste e classifica em cinco estamentos.

Os antecedentes setecentistas que se desdobram na definição política de outros grupos estão, por vezes, mais enraizados em espaços de observação da Europa do que nas longínquas capitânias de Além-mar, que impelem metodologicamente os estudos a pensarem em estruturas locais, se não independentes, mas com um poder de “originalidade” capital na construção da narrativa, assim como no esforço de Gaioso. Os trabalhos recentes têm feito esforços nesse sentido, da atuação de agentes específicos nos processos de organização da colonização, desde a estruturação urbana até à relação entre grupos sociais e o poder. O levante mineiro (1789) pode ser lido, nesse sentido, pela reafirmação dos elementos classistas já postos, já que não havia projeto político-social em vista. A Revolução americana servira-lhes mais como modelo de movimento anticolonial do que o modelo republicano³⁶.

As menções às duas últimas classes também estão inseridas por ele nos descritos entraves para a riqueza e o progresso da lavoura. Na segunda parte da memória, em cinco razões detalhadas de elementos que estavam contribuindo para a ruína e decadência da produção da Capitania, Gaioso lista, na sua primeira, a atestada ausência de terras ou a dificuldade de acesso a elas. Esse aspecto está relacionado, no *Compêndio*, pela presença dos gentios “bravos”, incivilizados³⁷. Embora o produtor critique os jesuítas, há muito expulsos daquelas terras pelas suas ambições, reconhece que durante a presença e por meio das iniciativas dos “resgates” existiam menos ataques aos sesmeiros e suas lavouras e que o risco

³⁵ Destaco que a abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos (1773) fora também uma tentativa de nobilitação de classes mercantis como formas de diferenciação social em “classes” ou “grupos”; Charles Boxer detalha que Pombal implementou medidas para melhorar a percepção dos mercadores diante da sociedade portuguesa, que os via “como um indivíduo de classe média parasitário e explorador decidido a enriquecer à custa dos seus semelhantes”. BOXER, C.R. *O império colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1969. p. 303-304.

³⁶ MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

³⁷ GAIOSO, op. cit., p. 226 et. seq.

à vida, nas matas “infestadas” dos gentios, estava a impossibilitar o acesso às melhores terras. Nos ainda não totalmente conhecidos Rio Mearim, principalmente na sua parte alta, e Grajaú, além do Itapecurú, existia a necessidade de “desembaraçarem-se” dos nativos e de se chamar mais braços para aquelas regiões e suas vulneráveis lavouras (imagens 3 e 4).

Essa referida política, no entanto, não é caracterizada. Se num determinado momento se refere aos nativos com pesar e necessidade de “se livrar do problema”, noutros evoca os tão mal explicados “direitos do Homem”. A abolição da escravatura indígena, ainda na primeira metade do século anterior àquele em que escreve Gaioso, é elogiada e colocada como desdobramento dos progressos da Filosofia. No entanto, por mais que pareça denunciar alguma posição diante da escravidão do negro africano, escusa-se. Ora o comércio, ora a produção, um não existe sem o outro e a subsistência é argumento apenas para se falar em alimentação da escravatura ou dos responsáveis pelos serviços de menor reputação e mecânicos. Os religiosos surgem em discretas menções acerca desse respeito, mas Gaioso parece que não estava em situação tão confortável em relação aos conventos e sua atuação. Os dados compilados pelo militar Antônio Bernardino Pereira do Lago, que chegou ao Maranhão em 1818 e publica quatro anos depois sua *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*, indicam o desconforto com os conventos: os seis levantados por ele naquela altura possuíam quatorze fazendas e quase novecentos escravos, o que não era visto com bons olhos pelos produtores, dadas as facilidades e isenções dos religiosos³⁸.

Essa defesa de uma política do Estado que garanta o acesso a novas terras, menos exaustas da repetitiva cultura de um único gênero, faz Gaioso colocar sinuosamente a terra como meio de chegar às “riquezas mais sólidas”. E se as riquezas podem ser medidas, nesse caso, pelo crédito disponível e pelas vendas diretas das sacas de algodão e arroz, Gaioso entende que o preço também necessita da intervenção do Estado. Para isso, no mínimo fala em três tipos de preço: o *preço simples*, que seria o modo de quantificar o valor de troca do produto; o *preço comum*, que ele define sem clareza como “aquele em que o comprador se pode tornar o vendedor” e vice-versa, sem nenhum prejuízo envolvido para nenhuma das partes, e, em outro momento, fala em *preço intrínseco*, que, pelo que exemplifica pelos cálculos, seria o preço da produção por saca. Para ele, o valor pago pelos mercadores na Praça nem sequer chegava a cobrir o valor de produção de cada saca de algodão, que seria cerca de 3.300 réis.

³⁸ LAGO, Antônio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001, p.103.

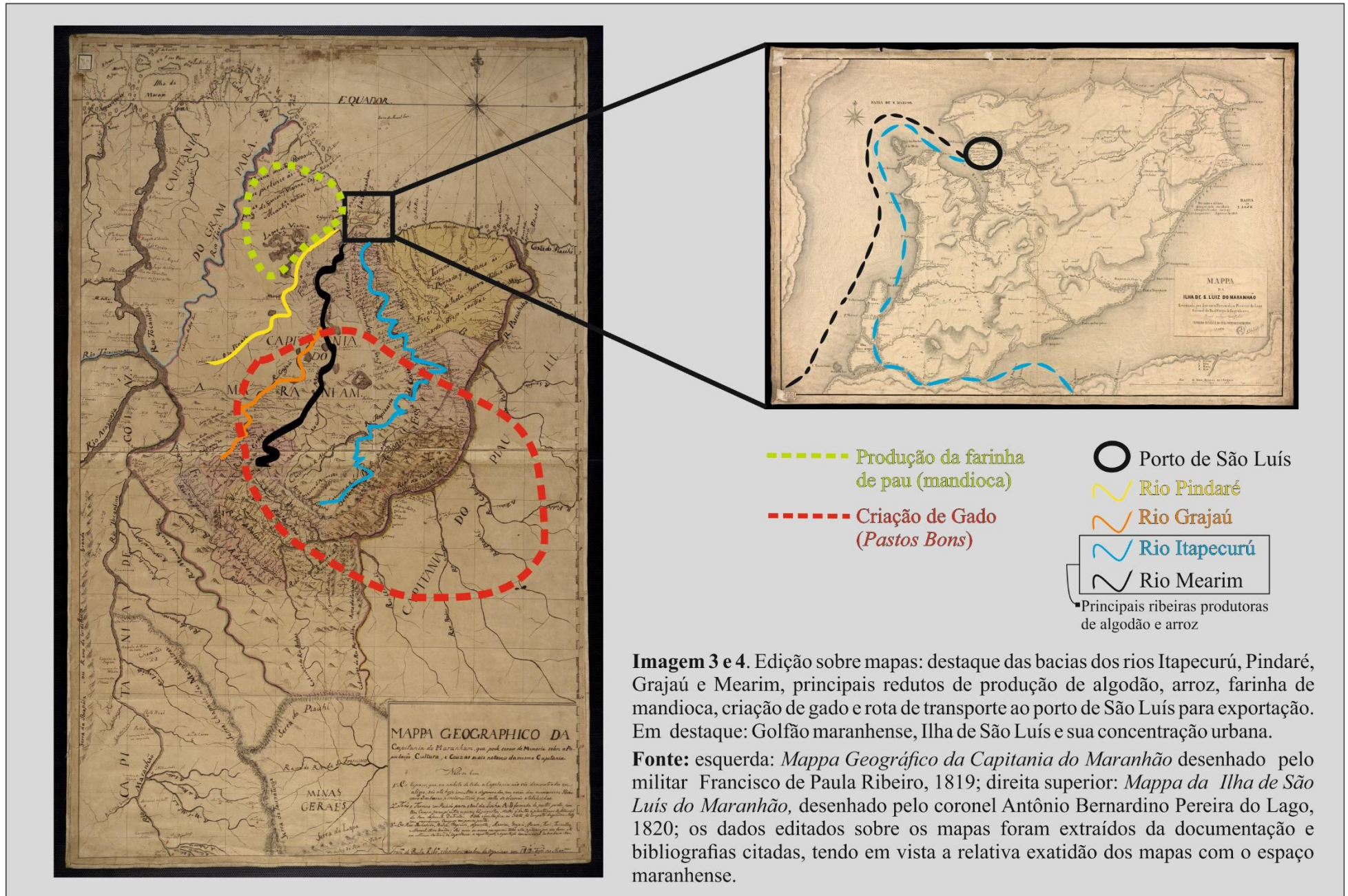


Imagem 3 e 4. Edição sobre mapas: destaque das bacias dos rios Itapecurú, Pindaré, Grajaú e Mearim, principais redutos de produção de algodão, arroz, farinha de mandioca, criação de gado e rota de transporte ao porto de São Luís para exportação. Em destaque: Golfão maranhense, Ilha de São Luís e sua concentração urbana.

Fonte: esquerda: *Mappa Geográfica da Capitania do Maranhão* desenhado pelo militar Francisco de Paula Ribeiro, 1819; direita superior: *Mappa da Ilha de São Luís do Maranhão*, desenhado pelo coronel Antônio Bernardino Pereira do Lago, 1820; os dados editados sobre os mapas foram extraídos da documentação e bibliografias citadas, tendo em vista a relativa exatidão dos mapas com o espaço maranhense.

O africano escravizado é, para Gaioso, solução e problema, tanto pela sua natureza para o trabalho, no primeiro aspecto, quanto pelo seu “horroroso preço”, no segundo. Com base em dados a que teve acesso, o autor conclui que o escravo da Guiné, em comparação com o da Mina e de Angola, é mais caro e que, de modo geral, no Maranhão se pagava mais pelo mesmo escravo que em outras praças o vendiam. Isso sucedia, entre um conjunto de questões, com os “usurários” mercadores de escravos que – além de alcançarem 50% de lucro na compra do escravo e outros 50% na venda, além dos 6% de juros na venda a crédito, a mais praticada – faziam o *lavrador* “morder a isca”³⁹. Segundo os seus cálculos, um escravo comprado na costa da Guiné custaria, incluídas variações com os gêneros que eram usados como moeda de troca e os fretes, 85.000 réis sendo que, mesmo no extravasamento de condições para se obter as fazendas de Lisboa, barras de ferro ou panos, poderia, em casos extremos, chegar a 100.000 réis. O mercador, no entanto, em São Luís vendia-o por 160.000 réis, o que acrescido dos juros do crédito faria aumentar o preço inicial.

O conjunto de argumentos colocado por ele conecta o preço de escravo com a decadência da lavoura pela automática dependência dos *lavradores* para com os mercadores de escravo da Praça de Comércio de São Luís. Ao comprarem “cabeças”, acometidos do natural “desejo de opulência”, não faziam o controle das suas rendas, tendo em vista a aplicação somente do crédito disponível e o pagamento pela produção no seguir dos empréstimos. Mais uma vez, as suas medidas práticas para frear a decadência da produção agrícola se fazem em ilações sem objetividade, fato comum nos textos arbitristas das décadas anteriores. As soluções para combater as práticas desses mercadores, como freio nos monopólios que, segundo ele, estavam colocando os *lavradores* na órbita do endividamento sem lastro, não possuem um roteiro definido. Contudo, ainda se refere com ênfase à necessidade de controle da igualdade de comércio e de que não se deveria impor restrições ao mesmo.

Sobre a atuação dos magistrados, Gaioso retoma a necessidade de legislações que, nas relações de crédito entre a Praça e os produtores, não determinassem a penhora de bens, em caso de não pagamentos dos escravos adquiridos a prazo. Essa prática é condenada e foi Manuel Antônio Leitão Bandeira, Ex-ouvidor, que, segundo Gaioso, imbuído de um sentimento de “humanidade”, teria limitado essa penhora nos “frutos”, lista-se, na produção e não nos bens, o que implicaria a bancarrota dos produtores em caso de não cumprimento⁴⁰. Os

³⁹ GAIOSO, op. cit., p. 240 et seq.

⁴⁰ O ouvidor, egresso de Coimbra, chega ao Maranhão em 1785 após sua nomeação e passa escrever uma série de cartas e memórias sobre a situação da capitania, elementos de economia política e história natural. Dentro

ouvidores que se seguiram não faziam o mesmo, o que causa estranhamento ao fazendeiro, que diz que, mesmo tendo os ouvidores estudado na mesma universidade, a de Coimbra, possuíam menor sentido humano que Bandeira, para quem Gaioso já havia escrito a *Minuta histórico-apologética* anos antes⁴¹.

O problema no “horroroso preço” da escravatura estava também na facilidade de acesso ao crédito, na ausência de concorrência na oferta e na demanda sempre crescente. Esses mesmos argumentos são exaustivamente calculados para falar do baixo preço do algodão e do arroz e das consequências para os fundos do *lavrador*. Os levantamentos aritméticos que explica fazer, baseados nos anos de experiência na venda, demonstram um minucioso trajeto da produção e da venda do algodão, principal produto de exportação da Capitania e das relações dos produtores com os mercadores e finalmente com os compradores. Reclama Gaioso dos produtores por não conhecerem seus limites, dos mercadores pela manipulação dos preços e pela formação artificial dos mesmos, diminuindo a demanda, e dos compradores, nomeadamente os ingleses, pela associação com aqueles. Encontrou o fazendeiro eco ainda em seu tempo, o que revela uma interlocução entre os *lavradores* e o círculo mandatário. O já citado Juiz de Fora e Ex-ouvidor Bernardo José da Gama, ao deixar a capitania em 1813, escreve uma memória sobre o estado daquelas terras e dá grande destaque aos exorbitantes juros na compra de escravos e à periclitante situação das dívidas dos produtores diante da praça⁴². Soma-se a isso que o Nordeste açucareiro e o Sul minerador, em sua constante demanda por novas cabeças de africanos escravizados para suas atividades econômicas, faziam aumentar mais ainda o preço da mão de obra⁴³.

de um ecletismo teórico e uma tentativa de estabelecer interlocução com o Reino, Bandeira envolveu-se em diversos conflitos com autoridades religiosas e políticas. Publicou, pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro, *Minuta, Sonetos do Doutor Manoel Antonio Leitão Bandeira dirigidos ao seu amigo senhor José Constantino Gomes de Castro, Conego da Cathedral de São Luis* (1820). CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Universidade, 1993, p.243-244; BASÍLIO, Romário Sampaio. Manuel António Leitão Bandeira e sua “História Natural e Filosófica”. In: _____. “*Burocratas ilustrados*” no Império Luso-brasileiro: ensaios de sociologia histórica da biografia (Maranhão, 1780-1820). 2016. Tese (Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos) - Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2016. p. 24-49.

⁴¹ *Minuta histórico-pologética da conducta do Bacharel Manuel Antonio Leitão Bandeira, Ouvidor geral, corregedor e provedor da Comarca do Maranhão pelos annos de 1785 a 1789, annotada por José Contantino Gomes de Sousa, conego da catedral do Maranhão*. 1818, 47 páginas. Parece que fora publicada na Europa em 1818, mas não há referências acerca disso; quem se encarrega de publicá-la, naturalmente, é a viúva de Gaioso, Anna Rita de Sousa Gaioso, que também publica o *Compêndio...* depois da morte do marido em 1813.

⁴² GAMA, op. cit., p. 18-19. Os argumentos de Gama, no entanto, vão a ritmo avesso à argumentação de Gaioso. A decadência para ele estaria na facilidade e na abundância de terras e gêneros, o que fazia os *lavradores* abarrotarem-se de créditos e escravos sempre confiantes nessa abundância. O ócio, tão destacado por todos os memorialistas do período, e que chegavam a apontar o clima “quentíssimo” como determinante, é, para Gama, culpa da abundância e não de outra condição. A memória escrita em 1813 fora publicada em Viena em 1872.

⁴³ LIMA, op.cit., p.161.

Na mesma lógica do preço da escravatura, o autor do *Compêndio* chega à conclusão de que o algodão do Maranhão era vendido mais barato que o de Pernambuco. Esse dado inquieta Gaioso levando-o a escrever uma seção inteira sobre esse tema, “sobre a diferença dos algodões do Maranhão e Pernambuco”. E parece não encontrar argumento convincente, deduzindo que não se trataria de baixa qualidade, mas de menor processamento, que, segundo ele, faria do algodão maranhense menos apreciado pelos ingleses. Enquanto isso, a amarelidão do produto e a “mancomunação” dos mercadores para diminuir a demanda com vista à queda dos preços não existiriam em Pernambuco, então grande produtor do gênero. Para justificar tal encadeamento, além de pedir a intervenção do Estado no assunto, cita memória publicada no *Correio Braziliense* pelo inglês Rogério Hunt, na edição de setembro de 1808, na qual lamenta a perda de qualidade do algodão de Pernambuco e a falta de cor do mesmo da Bahia; no Maranhão, enfatiza que “há alguns anos a esta parte produz um algodão grosseiro e sujo, e esta impureza é de tal maneira incorporada com a fibra do algodão que a sua separação é difícil e dispendiosa”⁴⁴. A essa menção ao Maranhão, responde não concordar com o inglês e que ele não estaria bem informado sobre a forma e o manuseio do gênero, além de que as suas sugestões eram impraticáveis, dado o possível encarecimento do processo produtivo.

Entre outros argumentos acerca de uma possível diferença que justificasse os variados preços, Gaioso discorda da *Memória sobre a cultura dos Algodoeiros...e* de seu autor, Manuel Arruda da Câmara, que em 1799 a publica⁴⁵. Relativamente aos argumentos de Câmara, que atribui às variedades e à qualidade de algodões pelos climas e pelas variações geográficas, Gaioso diz não acreditar em tal explicação, já que o clima de Pernambuco ao Maranhão não é tão diferente para culminar em tais variações⁴⁶. A situação de Pernambuco parece que não era, ao contrário do que salienta Gaioso, tão animadora e próspera. Os próprios contemporâneos atestavam o endividamento dos produtores, como também a historiografia, de que os mesmos problemas denunciados pelo fazendeiro no Maranhão eram vivenciados pelos *lavradores* daquela Capitania. O problema dos preços, tão remoído por

⁴⁴ CORREIO BRAZILIENSE. *Observações sobre o algodão do Brazil para informação do cultivador*, publicado por Rogério Hunt. Londres, set. 1808, p. 289-294.

⁴⁵ *...e sobre o methodo de o escolher, e ensacar etc: em que se propoem alguns planos novos, para o seu melhoramento*. Manuel Arruda da Camara. Impressa por Fr. Joze Mariano da Conceição Velloso. Lisboa: na Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1799.

⁴⁶ Antônio Bernardino Pereira do Lago, na sua já citada *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*, concorda com Arruda nesse aspecto, mas também parece não perceber diferença entre os climas de Pernambuco e do Maranhão. No entanto, chega à mesma conclusão que Rogério Hunt e atesta a menor qualidade do algodão maranhense nos mercados europeus, dado o baixo processamento, citando uma carta do cônsul português em Nantes, que reclamava da falta de cuidado para com o algodão enviado do Maranhão. LAGO, op. cit., p. 41-42.

Gaioso, dava-se, como ele próprio denuncia sem certeza, pela falta de processamento do algodão maranhense, que chegava aos portos ingleses sem demasiado valor agregado. Gaioso chega a citar cartas enviadas por ingleses ao Maranhão, em tempos do governo de Fernando Antônio de Noronha (1792-1798) – que teria obrigado a uma maior limpeza do gênero antes do envio aos compradores – um agradecimento pela prática que, ainda assim, após a saída daquele Capitão-General, teria sido descuidada⁴⁷.

As questões conjunturais não são esquecidas e nas suas comparações diz que as sucessivas invasões francesas de 1808, ao desestabilizarem o sistema posto, não tiveram impacto imediato, dada a abertura dos portos, e até certa melhora. Não obstante, após alguns meses, a diminuição do número de compradores fez os preços caírem de uma média de 4500-5.900 até 3.800 réis por saca de algodão. Essa diminuição, para além da utilização de “testas de ferro” pelos ingleses, também se relaciona com a queda do dinheiro circulante pela Capitania face à atuação dos *comissários volantes* que, em parte atuando como representantes dos ingleses, vendiam um variado leque de fazendas, drenando para fora da Capitania o dinheiro de giro do comércio. A associação desses comissários com os ingleses, fato que os colocou por diversas vezes nas determinações proibitórias desde Pombal, será objeto de reclamação também pela nem sempre harmônica relação dos ingleses com os mercadores ou produtores maranhenses.

As casas inglesas, estabelecidas em São Luís, possuíam uma dimensão que não era denunciada em nenhuma outra capitania, tanto pelo número quanto pela balança comercial. Mathias Assunção salienta que no Maranhão a situação era atípica: os ingleses compravam mais do que vendiam. O tom “denunciioso” com o qual escreve Gaioso se refere à considerável explosão a que ele assiste, no momento de sua escrita, do número de estabelecimentos ingleses após 1811. Jerônimo de Viveiros, a seguir um conjunto de dados de Gilberto Freyre e sua obra *Ingleses no Brasil*, sobre a influência do comércio inglês após a Abertura dos Portos, explica que no Maranhão existiam apenas duas casas inglesas até 1811; esse número subiu exponencialmente, o que motivou o envio do primeiro cônsul daquele país para São Luís, em 1813. Os dados apresentados pelo viajante inglês Henry Koster, que visitou São Luís em 1811 e publicou em Londres o seu *Travels in Brazil*, demonstram o domínio dos ingleses do comércio do Maranhão, sensivelmente a partir de 1809⁴⁸.

⁴⁷ GAIOSO, op. cit., p. 316, et. seq.; RIBEIRO JUNIOR, José. A economia algodoeira em Pernambuco: da Colônia à Independência. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 234-242, set. 1981,

⁴⁸ KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2002. p. 246 et. seq.; VIVEIROS, op. cit., p.128; ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Exportação, mercado interno

Outro elemento lembrado por ele e que, de certa forma, denuncia que escrevia o *Compêndio* meses antes de sua morte, refere-se a uma notícia que reproduz de um jornal inglês, provavelmente do *The Liverpool Mercury* (existiu de 1811 a 1900). Do excerto reproduzido, Gaioso diz provar que o algodão era vendido em Londres bem mais caro do que era comprado em São Luís. No entanto, a chegada das notícias do jornal inglês era acompanhada de um aumento do preço da saca de algodão, devido ao início da guerra anglo-americana de 1812 (*War of 1812*) e que faria aumentar o preço devido à diminuição do mercado do algodão produzido no sul dos Estados Unidos com aquela configuração. O argumento de Gaioso parece, com essa notícia, esvaír-se, mas escreve, mesmo assim, que o aumento ainda não superava o tal *valor intrínseco*. Essa “surpresa”, que representa um aborto substancial no fôlego argumentativo, ilustra o quanto a produção estava relacionada tanto com fatores exógenos, pelas flutuações da demanda do mercado internacional, fato de resgate recorrente pela historiografia decadentista, como também se relacionava com fatores internos, como os defasados modos de produção dos gêneros e de beneficiamento, que de certa forma são apontados por Gaioso com outros objetivos dos considerados. O aumento do preço da saca do algodão maranhense a partir de 1812 e que, segundo Viveiros (1954), alcançou seu auge em 1815, permanecendo em alta até 1819, dá peso à hipótese do pouco interesse contemporâneo pela obra de Gaioso, que, publicada em 1818, já parecia não despertar tanto interesse⁴⁹.

As consequências desse conjunto de problemas eram, como já estava a acontecer, a contínua perda de empenho dos *lavradores* na produção de algodão e a migração, de alguns, que passaram a produzir cana, gênero que não possuía muitas variações de preço para exportação. Conectado a esses problemas, dos preços dos fretes, dos preços cobrados em Lisboa por cada saca de algodão, o produtor ainda reclama da forma de cobrança dos dízimos. Entre a arrematação e a cobrança direta pela Real Fazenda, depois de um percurso legalista e histórico, ele prefere a segunda opção. A sua preferência deve-se, depois de cálculos de juros e verificações de melhores cenários para o dízimo ou a vintena do arroz, algodão e da farinha, à necessidade de maior tempo para o *lavrador* preparar os gêneros, assim como aos inconvenientes dos arrematadores que chegam, denuncia ele, a usar força militar nas suas cobranças. Altas cargas de impostos, além de serem contrárias aos princípios de Economia Política que ele defende, sem deixar clara nenhuma predileção ou filiação, principalmente em

e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 14, p. 32-71, abr. 2000.

⁴⁹ VIVEIROS, op. cit., p. 128.

torno dos incentivos e “animação” das culturas, esbarram nas dificuldades de definição de critérios pela Real Fazenda, desdobrando em injustiças.

O espaço de interesse da obra de Gaioso, ainda que possa estar circunscrito à parcela letrada da população e dos escalões administrativos, parece ser também objeto de preocupação do autor. Um já defendido cuidado do produtor com uma esfera pública de circulação e mesmo com a forma de expor, com um estilo menos erudito e bucólico, já fora apontada por Marcelo Galves⁵⁰. Impostas as limitações que aqui identifiquei, a população de São Luís seria, no momento da escrita, de aproximadamente trinta mil habitantes; o viajante inglês Henry Koster chegou a números parecidos⁵¹. Portanto, nesse universo, tendo em vista a dimensão que uma obra pode ocupar nos processos de difusão dentro do espaço, limitada por essas condições, a publicação não possui registros de muita penetração.

A crescente população da cidade, dada a maior movimentação portuária e urbana desde finais do século XVIII em vertical ascendência a partir de 1808, não representa uma mudança estrutural no acesso às mínimas letras. Cálculos segundo parâmetros de levantamentos populacionais do período estipulam que, no universo de 30 mil habitantes, excluindo-se os não livres e os menores de 15 anos, pouco mais de 1/4, ou seja, 8.882 pessoas eram adultos livres. A publicação do texto em Paris, e não pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro ou de Lisboa, não possui condição aparente. É de destacar que o texto é direcionado ao Rei como expressão de reivindicações dos produtores do Maranhão, ou pelo menos da Ribeira do Itapecurú, de início, o que pode ainda limitar mais a circulação desse texto que João Francisco Lisboa dizia ser raro em sua época, já vinte anos após sua primeira edição⁵².

3 Palavras finais, Gaioso e o discurso reticente

‘Porém suspendamos nesta parte o nosso juízo, e não passemos de historiador satírico’; ‘Mas paremos por aqui: não quero parecer desaprovar máximas fundamentais de uma longa prática’; ‘Não pretendo, contudo, inculcar este método’; ‘Isso assim posto não me animo a romper parecer algum sobre este objeto’.⁵³

Os constantes condicionalismos na construção objetiva do discurso de Gaioso e a sua falta de objetividade não são propriamente nenhuma surpresa. As condições de escrita não parecem ter sido deixadas claras no seu *Compêndio*, para além da sua atestada falta de saúde e

⁵⁰ GALVES, Marcelo Cheche. *Ao público sincero e imparcial: imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826)*. São Luís: Ed. Uema; Café & Lápis, 2015.

⁵¹ KOSTER, op. cit., p. 246.

⁵² GALVES. *Ao público...* op. cit., p. 77-78.

⁵³ GAIOSO, op. cit., p. 249; 274; 297; 305.

a circunstância da sua morte, provavelmente poucos meses depois do término da escrita. De um lado, posso identificar diversas reticências na sua memória, como demonstram os excertos acima; junto com isso, a desconexão entre a proposta inicial e sua versão final. Os “meios de remediar sua ruína” ficam circunscritos a meras sugestões abortadas pelo discurso subjetivo da sua posição como súdito ou mesmo pelo seu histórico como ajudante do Tesoureiro-Mor e pela sua condenação; não vai além de cálculos e aritméticas de exposição da relação inexata entre custos-benefícios, como expressão de sua posição social-hierárquica: produtor diante de um ritmo de baixas de preços.

Soma-se a isso que a publicação em 1818 fora feita no momento ainda de alta nos preços do algodão no mercado internacional, o que provocava um automático desinteresse pelo principal argumento levantado por Gaioso. Dois anos depois, outro golpe na obra-mestra do *lavrador*: o movimento liberal do Porto. A tônica constitucionalista que varre a agora Capitania do Maranhão, imersa no decorrer do movimento que tanto interessou a elite agrária e comercial, determina ainda um menor interesse pelas ideias centralistas, monopolistas e até saudosistas de Gaioso, numa exaltação do poder despótico que não seria, de nenhum modo, bem quista nos círculos “liberais” das academias e dos jornais que, a partir de novembro de 1821, passam a circular efusivamente no Maranhão e demais províncias, após as instalações de tipografias. Se o texto de Gaioso termina de ser escrito já desatualizado, ou pelo menos sem grandes novidades que pudessem incorporá-lo no círculo bibliográfico de interesse burocrata, administrativo ou produtivo, a sua publicação é acompanhada de mais reafirmações desse caráter. Mais de trinta anos depois dessa edição é que uma tímida reabilitação, com críticas latentes ao seu compêndio, trará a obra de volta, mas sem nenhum destaque que não tivesse sido o fato de ter sido publicada. A reabilitação do *Compêndio* foi feita já na década de 1850 por um conjunto de intelectuais que, na profissionalização e escrita de uma História “nacional”, desde Varnhagen até João Francisco Lisboa, passam a considerar as publicações que porventura tivessem existido, sendo já raras naquele tempo.

Esse movimento de escrita memorialística em que se insere Gaioso, notoriamente relacionado com as transformações econômicas pelas quais passava a província naquelas décadas, não me permite, no entanto, uma interpretação de causa-efeito. O contínuo estrutural do período pombalino para o mariano, fartamente demonstrado pela historiografia portuguesa e brasileira, tanto nos aspectos burocráticos quanto nos projetos coloniais, coloca o Maranhão e o Grão-Pará num mesmo movimento, virtualmente distante do “Sul” do Brasil, que incidiu num maior movimento dos portos, no enriquecimento das praças de comércio e numa efervescência entre os grupos principais de acesso ao poder. No entanto, o discurso

decadentista de Gaioso e de outros contemporâneos não denuncia explicitamente nem o extremo atraso nem a opulência elogiada dos tempos da Companhia de Comércio, mas apenas sugere esses aspectos sutilmente. O comércio aqui será um componente que determina e é determinado pelo “progresso”, tão louvado por esses memorialistas.

Para além desses escritos, centrados na economia política da Capitania e nos aspectos histórico-geográficos, observo no último quartel do Setecentos uma maior ênfase na realização de expedições e na produção de memórias sobre minérios, fauna e flora da Capitania.⁵⁴ Esse movimento está inserido num exercício promovido, em maior intensidade, pelos correspondentes da Academia de Ciências de Lisboa, instituição da qual Gaioso não parece ter parte, que, por sua vez, também pode ser dimensionada em um “entusiasmo, alvoroço” de finais de século que percorria parte da Europa. Segundo Rómulo de Carvalho⁵⁵, esse movimento pode ser lido tanto por interesses econômicos por si só, mas que o “gosto de observar, estudar e colecionar independente do comerciar” deve ser considerado.

Problematizar a representatividade dessa e de outras obras com a mesma natureza, sejam escritas por “filhos da terra” que foram para Coimbra estudar ou por “filhos do Reino”, naquela sociedade, incide em argumentos já levantados, como a racionalização da colonização pelo conhecimento do espaço. Para isso, retomo aqui o que já fora defendido por Iara Lis Carvalho Sousa de que esses trabalhos, ancorados em amplas noções de direito natural, personificado também nessas memórias, “passaram a instrumentalizar boa parte das elites do Brasil quanto à sua participação política”, o que significa, entre outras coisas, que esse “alcance” objetivo que procuro problematizar, não pode ser lido fora de uma dimensão com aportes políticos⁵⁶. O discurso hesitante de Gaioso, a sua constante tentativa de reparação da memória de seu pai, evidente até no seu testamento como forma de explicar aos filhos o seu degresso ao Maranhão, as suas aparentes limitações na construção da narrativa demonstram suas limitações, tanto bibliográficas quanto pelos interesses pessoais e de grupo.

⁵⁴ O exercício do recuo bibliográfico, nesse caso, tem revelado antecedentes desse processo que podem ser caracterizados diversamente tanto pela natureza quanto pelas motivações. Diogo Ramada Curto já apontou para as pistas desses projetos coloniais. CURTO, Diogo Ramada. Iluminismo e práticas de escrita (1687-1808). In: _____. *Cultura Imperial e projetos coloniais (séculos XV a XVIII)*. São Paulo: Editora UNICAMP, 2009.

⁵⁵ CARVALHO, Rómulo. *História Natural em Portugal no Século*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985. p. 9-12.

⁵⁶ SOUSA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 107-112.